

DOCUMENTAÇÃO

O modelo nórdico de asilo

A grande afluência de emigrantes e refugiados, muçulmanos na sua maioria, parece superar a capacidade ou a generosidade da Europa para os acolher. Os países nórdicos, que receberam o número proporcionalmente mais numeroso, são um caso digno de atenção, tanto pelos seus resultados como pelas suas dificuldades. Igualmente porque não basta integrar aparentemente os recém-chegados: a geração seguinte pode radicalizar-se e alimentar as fileiras da *jihad*. A segunda parte desta análise mostra experiências de enfrentar este problema.

Em que se parecem a fria Estocolmo e a sufocante Damasco? Provavelmente no mesmo em que se assemelham uma bétula e uma tamareira: em muito pouco. Por isso, chama a atenção o enorme fluxo de refugiados sírios, iraquianos e de outras nacionalidades que chegou nestes últimos anos aos países escandinavos, após atravessar países como Turquia, Grécia ou Itália – que não estão propriamente em guerra e aos quais também podiam ter solicitado asilo.

Regra geral, os imigrantes de países em desenvolvimento costumam escolher como destino, para escapar da pobreza ou das ditaduras, aqueles países ricos que, no passado, foram suas metrópoles coloniais e com os quais possuem laços culturais e linguísticos. Aí está para o demonstrar a imensa comunidade indiana no Reino Unido, ou a de equatorianos em Espanha. Dos países nórdicos, no entanto, não é conhecido que alguma vez os noruegueses tenham plantado a sua bandeira na Síria, nem que os finlandeses tenham feito o mesmo no Iraque.

Há outros atrativos, todavia, que fazem da Escandinávia o sítio ideal para o refugiado sírio, iraquiano, afegão ou eritreu. Juntam-se ali um sistema bem afinado de bem-estar social, garantido por uma gestão eficaz das riquezas nacionais; serem democracias sólidas, e contarem com uma forte tradição de acolhimento. Desde os anos 50, um país como a Suécia recebeu milhares de pessoas que fugiam de regimes totalitários, e facilitou a sua integração. De igual modo, a Finlândia, a Noruega e a Dinamarca têm programas para a proteção dessas pessoas, dada a sua elevada vulnerabilidade.

O sucesso dessa política de braços abertos constata-se na presença de diásporas importantes nestes países. Segundo um [relatório](#) do Migration Policy Institute (MPI), há uma numerosa comunidade síria na Suécia, e uma curdo-iraquiana na vizinha Finlândia. Estas populações funcionam, de certo modo, tipo

ganchos, de garantias para o refugiado de ir chegar a uma terra onde nem tudo lhe será estranho e onde um conterrâneo poderá, em caso de necessidade, estender-lhe a mão.

O íman dos benefícios sociais

Além das diásporas, no entanto, os que se dirigem para o Norte também tomam nota de quais são os benefícios que esses países propiciam. Segundo explicava o MPI em fevereiro deste ano, a Suécia concede licença de residência permanente a todos os requerentes de asilo que obtêm estatuto de refugiado, e licença temporária aos que se encontram sob “proteção subsidiária”, a saber, os que não reúnem todas as condições para serem refugiados, mas com indícios de que correriam riscos se fossem repatriados.

Aos novos residentes é atribuído igualmente um sítio onde viver, embora devido à limitação dos alojamentos, estejam a ser utilizados locais alternativos, como escolas, centros desportivos e até um parque temático. Têm também assistência médica gratuita, e aos que precisam de ajuda económica são-lhes feitos depósitos numa conta bancária uma vez que ela seja solicitada, além de lhes serem entregues quantias periódicas para a compra de alimentos e para as suas necessidades básicas.

Na Finlândia, têm direitos iguais, além de poderem começar a trabalhar três meses depois de terem feito o seu pedido de asilo. Se a pessoa é aprovada para esse estatuto, o Estado paga-lhe o aluguer de uma casa durante três anos, assim como aulas da língua finlandesa, e ajuda-a a encontrar trabalho. A Noruega e a Dinamarca preveem ajudas parecidas.

Com isto, ao refugiado só lhe rês-ta fazer a sua parte e integrar-se, embora o êxito do processo não dependa dele a 100 %.

Abandono dos “parceiros UE”

Ninguém se integra a viver debaixo de uma ponte, mas nem sempre o Estado tem capacidade para oferecer habitações a um ritmo tão acelerado de procura. Na Suécia, que recebeu 163 000 refugiados em 2015, a escassez de casas disponíveis levou a um atraso em inúmeros casos do começo dos programas de integração, segundo um [relatório](#) da OCDE. Os benefícios estão garantidos no papel, mas dificilmente um país pode colocar

adequadamente em tão poucos meses dezenas de milhares de pessoas, como se fossem peças de dominó numa caixa.

O relatório explica igualmente o desafio que representa para Estocolmo inserir no mercado laboral um volume tão grande de trabalhadores pouco qualificados profissionalmente, pois somente 5 % dos empregos do país se lhes adequam. É verdade que existe um programa de formação profissional de dois anos para os refugiados, mas os resultados não têm sido muito lisonjeiros: em 2015, só 28 % dos homens e 19 % das mulheres que se haviam inscrito tinham encontrado um emprego.

Nesse sentido, para atenuar o impacto das chegadas em massa e dar tempo para reconfigurar os seus sistemas de acolhimento e integração, os nórdicos têm vindo a fazer restrições. Embora, com a exceção dinamarquesa, se trate de países geograficamente extensos, também são dos menos povoados da UE: a Suécia não chega aos 10 milhões de pessoas, nem a Finlândia aos 6, como muito menos a extracomunitária Noruega. Sentem-se sobrecarregados, abandonados por outros parceiros da UE que receberam ridículas quantidades de refugiados, e sob a pressão de uma opinião pública incitada pelas forças anti-imigração e pelos lamentáveis incidentes que alguns refugiados protagonizaram, como a [agressão](#) a uma jovem mãe no metro de Estocolmo ou o [assassínio](#) de uma assistente social.

Assim, a Suécia examina agora com mais rigor os pedidos de asilo. Os menores de 25 anos só o poderão obter se tiverem concluído o ensino secundário e puderem manter-se em termos económicos. Além disso, só aquelas pessoas que demonstrem poder tomar conta dos seus familiares terão a possibilidade de reunificá-los consigo.

Também a Dinamarca e a Noruega tomaram medidas. Enquanto a primeira publicou anúncios na imprensa libanesa para dissuadir os refugiados a rumar ao “paraíso dinamarquês” e decidiu confiscar os bens dos que chegam de modo a contribuir para pagar a sua estadia, a segunda oferece incentivos aos que desejem regressar a casa. A [web](#) do Departamento Norueguês de Imigração informa somalis, afegãos e iraquianos sobre as generosas ajudas que podem receber se se forem embora, e que incluem o bilhete de avião, a entrega de dinheiro e apoio para empreender um negócio ou para continuar os estudos no país de origem.

Repartir os encargos e reduzir a burocracia

Aqueles que apesar de tudo persistem em permanecer, constituem um verdadeiro desafio. O diplomata sueco Carl Hvenmark Nilsson, investigador visitante no *think tank* Center for Strategic and International Studies (CSIS), em Washington, explica-o à “Aceprensa”:

“Deve dizer-se que o desafio inicial para uma integração credível é o acesso total à educação e ao ensino do idioma. A maior parte dos requerentes de asilo vem da Síria, Iraque e

Afganistão (muitos deles muito jovens, entre os 15 e os 30 anos), e tal como sucede na Alemanha, os países nórdicos estão em vias de os registar no sistema educativo e de lhes proporcionar uma habitação subsidiada. Sabemos – pela experiência dos refugiados dos Balcãs nos anos 90, e dos iraquianos, nos anos da primeira década do século XXI, que tais esforços são vitais para inseri-los na sociedade e para, mais à frente, permitir-lhes encontrar trabalho e autossuficiência. A Suécia e a Noruega oferecem a outros países europeus um guia sobre como se pode fazer isto”.

“Em segundo lugar, muitos governos nórdicos ainda têm legislação que impede reconhecer as competências e a experiência laboral dos requerentes de asilo. Muitas vezes, o processo de validação de títulos académicos estrangeiros é muito dilatado, pelo que é necessário dar passos para limitar a burocracia e permitir que aqueles possuidores de educação avançada como engenheiros, médicos, professores e empresários, se insiram no mercado laboral”.

“Por último, será necessário assegurar uma repartição do encargo inicial que representa este processo para cada município, o que evitará pressionar as comunidades específicas. Recentes decisões parlamentares na Suécia e Noruega, que forcem cada município a assumir a sua responsabilidade, devem ser encaradas como passos positivos, mas têm de ser acompanhadas de maior substância. Caso contrário, algumas comunidades irão sofrer demasiada pressão financeira para fornecer de modo adequado as ferramentas de integração que esta geração de requerentes de asilo necessita, ao mesmo tempo que dispararão as tensões locais e a xenofobia”.

Desta forma, a solidariedade interna seria a resposta imediata. Talvez baste que os municípios se comportem de modo diferente de como o fez a UE em relação aos seus parceiros mais setentrionais.

L. L.

Pedidos de asilo nos países nórdicos em 2015. Fonte: Migration Policy Institute

País de asilo	Total de pedidos	Primeiro país de origem	Segundo país de origem	Terceiro país de origem
Suécia	162 877	Síria (51 338)	Afganistão (41 564)	Iraque (20 857)
Finlândia	32 476	Iraque (20 485)	Afganistão (5214)	Somália (1981)
Noruega	31 145	Síria (10 536)	Afganistão (6987)	Iraque (2991)
Dinamarca	7162	Síria (3515)	Eritreia (1276)	Sem Estado (702)

A Europa tenta promover um Islão moderado

Vários países têm implantado programas para evitar a radicalização, mas as diferenças dentro do Islão e um laicismo hipersensível entravam estes esforços.

Os ataques jihadistas na Europa e Estados Unidos devolveram à atualidade o debate sobre o multiculturalismo, sobretudo relativamente à religião. Embora seja verdade que por detrás de muitos dos atentados é possível perceber causas socioculturais (desigualdade, segregação) ou pessoais (problemas de relacionamento, crise de identidade ou quadros psicopáticos dos terroristas), também é certo que o elemento religioso tem estado presente. A Europa tomou nota, mas a resposta não está a ser a mesma. Alguns países apostaram numa abordagem mais policial, enquanto outros estão a dar mais importância à formação dos líderes religiosos.

Educação contra o radicalismo

A Suécia, por exemplo, começou agora em setembro o primeiro curso universitário de Teologia Islâmica financiado pelo Estado. Trata-se de formar líderes muçulmanos – embora a matrícula esteja aberta a quem quiser – com uma boa educação religiosa e, simultaneamente, um conhecimento da sociedade sueca, de forma que possam promover um Islão “contextualizado”.

Embora já tenha sido formulada uma proposta similar em 2008, acabou por ser recusada por se considerar que o Estado não devia elaborar o programa para não violar a sua neutralidade religiosa. Desta vez, os conteúdos foram encomendados a um centro educativo para adultos especializado em alunos muçulmanos, a Kista Folk High School. Tanto o seu reitor, Abdulkader Habib, como os imãs de várias cidades – entre elas Malmö, que chamam de Bruxelas sueca devido à difícil integração da minoria árabe – saudaram a iniciativa. Contudo, salientam um problema: mesmo sendo o curso aberto igualmente a xiitas, o ensino seguirá uma orientação fundamentalmente sunita, o que pode dissuadir alguns possíveis estudantes.

A Alemanha é o país que mais avançou no caminho da educação religiosa como arma contra a radicalização. Há pouco, o governo federal renovou por cinco anos o financiamento a vários programas universitários de teologia e educação islâmica (os primeiros, pensados para académicos ou imãs; os segundos, para professores de escolas) que arrancaram em 2010, após uma recomendação expressa do Conselho Alemão de Ciências e Humanidades. O mais importante é ministrado na Universidade de Münster, na Renânia do Norte-Westefália (que também foi o primeiro dos quatro estados que atualmente oferecem uma cadeira de religião islâmica nas escolas públicas). Conta com mais de 700 alunos, embora no último ano a procura tenha sido de mais do dobro que a oferta de lugares.

Apesar do êxito no número de estudantes, estes programas tiveram de enfrentar alguns problemas. O mais importante foi a

aceitação por parte da comunidade muçulmana. Apesar de várias associações islâmicas terem sido consultadas na escolha de professores, algumas manifestaram certas divergências a respeito do currículo, por lhes parecer demasiado liberal e académico, reclamando na sua elaboração um maior papel. O Conselho Central dos Muçulmanos da Alemanha, o principal organismo islâmico do país, tem mantido uma posição de distanciamento nesta polémica, sem apoiar as faculdades nem se opor de modo expresso.

O laicismo que exclui

O laicismo estatal, ou um exagerado empenho em ocidentalizar o Islão, podem produzir efeitos contrários aos esperados: muitos jovens têm-se radicalizado como rejeição do que consideram uma “religiosidade *light*” por parte de outros muçulmanos. Encontrar o ponto de equilíbrio entre as interpretações mais extremistas e as pouco ortodoxas não é algo fácil. Alguns países parecem ter optado por esta segunda opção.

No Reino Unido, o programa de “desradicalização” Channel faz parte da estratégia antiterrorista, conhecida como Prevent. Embora o Channel ofereça formação religiosa através de tutorias com líderes islâmicos, alguns imãs queixaram-se de que somente são admitidos os que mostram uma impecável mentalidade liberal e ocidentalizada em assuntos que vão da moral sexual à política externa do Reino Unido. Assim, a correção política estaria a tirar eficácia à iniciativa.

Em França, as tentativas de “des-radicalização” também estão a enfrentar o laicismo estatal. O departamento de Alpes-Maritimes, um dos que mais jihadistas enviou para a Síria proporcionalmente à sua população, encetou uma iniciativa para procurar localizar prontamente e ajudar os jovens que mostram os primeiros sinais de extremismo. Para isso, foi recrutada uma equipa de professores, assistentes sociais, psicólogos e polícias. Não obstante, a inclusão de alguns líderes religiosos muçulmanos suscitou portes-tos nalguns setores franceses, zelosos da neutralidade religiosa do país. Todavia, vários imãs salientaram que, apesar de muitas das crises que levam ao radicalismo terem na sua origem mais problemas de identidade do que de fé, produzem como consequência uma distorção das crenças a que é imperativo responder com formação religiosa.

Para promover uma imagem positiva do papel da fé no espaço público, a Noruega aprovou um novo currículo para a carreira docente em que dá maior peso à formação religiosa. Embora alguns tenham criticado a alteração porque, na sua opinião, rompe a separação entre Igreja e Estado, ou porque substitui outras matérias mais importantes, muitos consideram que este tipo de educação é mais necessário do que nunca num mundo globalizado e intercultural.

A ajuda dos países islâmicos

Embora o foco da “desradicalização” esteja na Europa, alguns países de maioria muçulmana também estão a fazer esforços para conseguir um Islão moderado. Por exemplo, o departamento de assuntos religiosos turco publicou há alguns meses uma forte crítica contra a deturpação religiosa de grupos radicais como o Estado Islâmico. A solução, salientava, é valorizar mais o papel da razão e a interioridade na fé (“Aceprensa”, 7.9.2015).

Por seu turno, a Indonésia, o país com mais muçulmanos do mundo e que está a sofrer uma retoma do radicalismo, acolheu em maio o Encontro Internacional de Líderes Muçulmanos Moderados. A iniciativa reuniu mais de 300 imãs de 33 países, que recordaram a importância de transmitir a fé de modo profundo, especialmente aos mais jovens.

Tanto nalguns países de maioria muçulmana, como noutros europeus onde o Islão veio para ficar, a abordagem parece a mesma: a melhor maneira de evitar a radicalização é fomentar um conhecimento profundo e reflexivo da religião, e não tratá-la como a eterna suspeita.

F. R.-B.